

## ***A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: INEFICÁCIA E INCONSTITUCIONALIDADE***

***Kátia Tavares***

A notícia de que um jovem de 17 anos matou um universitário durante um roubo, em São Paulo, reacendeu a velha discussão sobre a redução da maioridade penal, e vem dividindo setores da sociedade civil, também os diversos segmentos do governo, incluindo os poderes da República.

A redução do limite da maioridade penal remete, inicialmente, ao Código Penal. O art. 27 estabelece que o agente menor de 18 anos é considerado mentalmente imaturo, e, conseqüentemente, incapaz de culpabilidade. Essa presunção obedece a critério puramente biológico, nela não interferindo o maior ou menor grau de discernimento. Portanto, o jovem com idade inferior a 18 anos, seja casado ou emancipado, mesmo que se trate de um gênio ou superdotado, se praticar um delito, jamais poderá ser responsabilizado, submetendo-se às normas dispostas em legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.068/1990).

Também a Constituição Federal dispõe: "São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial" (art. 228). Ainda, o direito à proteção especial de crianças e adolescentes obedece, segundo o art. 227, § 3º, inciso V, aos princípios de brevidade, excepcionalidade quando da aplicação de sanções e medidas privativas de liberdades.

No plano internacional, a Convenção da ONU, instituída em 1948, ao tratar da matéria, que foi subscrita por mais de 180 países (incluindo o Brasil), adotou a idade de 18 anos para a imputabilidade penal. Posteriormente, o Brasil tornou-se signatário do Pacto de San José de Costa Rica e, por isso, assumiu o compromisso de tratar a questão do menor delinquente de forma diferente a do adulto, condizente com sua idade e condição jurídica. Além disso, comprometeu-se a cumprir os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos em relação aos menores. Nesse sentido, a Convenção sobre Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, prevê a excepcionalidade e a brevidade das medidas de internação aplicáveis a adolescentes, além da exigência de tratamento digno, pautado pela reintegração, desempenho construtivo e educacional do menor na sociedade.

O tema é reconhecidamente polêmico, suscitando o debate nas mídias com predomínio de alguns setores do governo de São Paulo, que pretendem o endurecimento das leis penais como uma espécie de panacéia para se combater a questão da violência hoje generalizada. Esses arautos do conservadorismo, que sempre se omitiram na educação dos nossos jovens (já que muitos são jogados à violência, à corrupção das ruas e, sem maiores perspectivas, ainda, trilham o caminho das drogas e do tráfico), atualmente, clamam por maior rigor da pena de prisão para os nossos menores delinquentes.

Nesse contexto, tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira que pretende, a critério, exclusivamente, e de iniciativa do Ministério Público, se promova a desconsideração da inimputabilidade penal do menor a ser decidida por um juiz da Vara da Infância e Juventude. Dessa forma, haveria a escolha de casos específicos pelo promotor a fim de que o adolescente fosse julgado, instaurando-se um incidente processual, no qual possa ser aferida a ilicitude dos seus atos, buscando aplicar aos jovens infratores as sanções previstas no Código Penal. Trata-se de proposta que visa criar situações excepcionais, com evidente clamor midiático e demagógico, impondo uma legislação de exceção, comparável como foram editadas as normas durante a ditadura militar.

Ademais, os casos chocantes e aberrantes cometidos por menores como os que vêm ocorrendo, nos últimos tempos, segundo justificativas apresentadas na referida PEC, são comuns no mundo inteiro, inclusive nos países cuja maioridade penal é aos 13, 15 ou 16 anos. Entretanto, tal alegação não se deveria conduzir para o falacioso caminho em direção à ideologia perversa, que sequer elege enfrentar as causas reais da delinquência juvenil, propugnando pela simples adoção de medidas *radicais* e *emergenciais*.

É preciso enfrentar o problema, combatendo as razões autênticas da questão, restando inútil apontar apenas os efeitos. A má distribuição de renda e a impunidade aumentam na proporção inversa à atenção aos menores desfavorecidos. Necessário, portanto, mais investimento do Estado nas classes desfavorecidas - caso contrário, os filhos dos ricos ficarão mais tempo na escola e os filhos dos pobres irão mais cedo para a cadeia. A solução mágica não está na redução da idade de responsabilidade penal, mas sim na redistribuição de investimentos para formar decentemente e com educação o nosso jovem brasileiro.

Embora a proposta de redução da maioridade penal, mesmo em casos específicos, como almeja a PEC de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, conte com o natural anseio popular, ela deve ser afastada, em razão, sobretudo, da sua ineficácia e inconstitucionalidade. Ora, se os presídios são reconhecidamente *faculdades do crime*, por todas as razões já exaustivamente conhecidas, a colocação do adolescente neles (em companhia dos outros criminosos adultos), mesmo em se tratando de crimes hediondos ou latrocínios, não teria como inevitável consequência sua imediata integração nas facções criminosas organizadas? Dessa forma, não se estaria selecionando previamente o menor como candidato para o resto da vida ao sistema penal?

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma legislação moderna e avançada no que se refere às diversas medidas socioeducativas a serem impostas aos adolescentes infratores, incluindo a internação (que significa prisão). Entretanto, as normas basilares ali constantes sequer chegaram a ser implantadas pelo governo federal, estadual ou municipal, tais como: educação,

tratamento médico e psicológico aos menores envolvidos em atos infracionais. É a total omissão do Estado a responsabilidade de não atuar para colocar em prática o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, segue a sensata reflexão: em se tratando de menor desajustado ou que até revele algum transtorno de personalidade, não parece mais razoável colocá-lo em tratamento especializado, para sua recuperação, antes que se postule simplesmente encarcerá-lo por longos anos? Logo, não se pode admitir que se critique uma lei, ou mesmo que se pretenda alterá-la, exclusivamente, na parte punitiva, quando ela jamais foi colocada em prática na sua totalidade, esgotando-se todos os instrumentos e expedientes de recuperação dos menores ali constantes por parte dos seus próprios governantes.

Finalmente, cabe concordar com o posicionamento do nosso atual Ministro da Justiça quanto à inconstitucionalidade do tema. A redução do limite da idade penal é reserva constitucional, porquanto o art. 228 da CF, que dispõe sobre a idade mínima da responsabilidade penal aos 18 anos é, na verdade, uma garantia ou direito individual e, como tal, não pode ser modificado (art. 60 § 4º, IV da CF). Também os direitos e garantias expressos na Carta Cidadã não excluem os tratados internacionais de que o Brasil tenha pactuado (§ 2º do art. 5º da CF). Assim, qualquer Proposta de Emenda Constitucional para redução de idade da responsabilidade penal ou de endurecimento da punição a menor infrator, encaminhada ao Congresso Nacional, não poderá sequer ter curso, por violar cláusula pétrea e afrontar parâmetros internacionais de proteção aos direitos humanos que o Brasil se comprometeu a cumprir.

***Kátia Tavares é Advogada Criminal e Membro da Comissão de Direito Penal do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB.***

***\* O texto publicado não reflete necessariamente o posicionamento do IAB***